Mulher moçambicana entre a tradição e a modernidade: o espólio patriarcal e a luta pelo empoderamento numa história de poligamia em Paulina Chiziane

Mozambican woman between tradition and modernity: the patriarchal legacy and the struggle for empowerment in a story of polygamy by Paulina Chiziane

Lísia de Lurdes Zamba
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Ouro Preto, MG
lisiadelurdeszamba@gmail.com
https://orcid.org/0009-0006-1675-5979

Tonito Francisco
Universidade Federal de São Carlos, Brasil
São Carlos, SP
tonitofrancisco@gmail.com
https://orcid.org/0009-0009-9293-5121

Recebido em: 1 de abril de 2026
Aceito em: 28 de julho de 2026

Resumo:

A interculturalidade ubuntu, profundamente enraizada nas comunidades africanas, constitui um dos pilares da moçambicanidade ao articular pertencimento coletivo, solidariedade e memória histórica compartilhada. O artigo analisa a representação da condição feminina moçambicana na obra Niketche: Uma História de Poligamia, de Paulina Chiziane, compreendendo a literatura como um espaço de elaboração simbólica que dialoga com a realidade social sem se reduzir a um simples reflexo dela. A partir de uma abordagem interdisciplinar que integra literatura, antropologia, filosofia africana, sociologia e estudos de gênero, examina-se como a narrativa problematiza criticamente categorias como tradição, modernidade, patriarcado e poligamia, entendidas como construções discursivas. Destaca-se a distinção entre a poligamia enquanto instituição social e sua representação literária, frequentemente associada a relações desiguais de poder. Metodologicamente, utiliza-se a Análise Crítica do Discurso, evidenciando a literatura como produtora de sentidos. Conclui-se que Niketche é um espaço privilegiado de reflexão sobre gênero, cultura e poder em Moçambique.

Palavras-chave: Literatura Moçambicana. Representação Feminina. Interdisciplinaridade. Poligamia. Análise do Discurso.

Abstract:

Ubuntu interculturality, deeply rooted in African communities, constitutes one of the pillars of Mozambican identity by articulating collective belonging, solidarity, and shared historical memory. This article analyzes the representation of the Mozambican female condition in the work Niketche: Uma História de Poligamia by Paulina Chiziane, understanding literature as a space of symbolic elaboration that engages with social reality without being reduced to a mere reflection of it. From an interdisciplinary approach that integrates literature, anthropology, African philosophy, sociology, and gender studies, the study examines how the narrative critically problematizes categories such as tradition, modernity, patriarchy, and polygamy, understood as discursive constructions. It highlights the distinction between polygamy as a social institution and its literary representation, often associated with unequal power relations. Methodologically, Critical Discourse Analysis is employed, emphasizing literature as a producer of meaning. The article concludes that Niketche is a privileged space for reflection on gender, culture, and power in Mozambique.

Keywords: Mozambican Literature. Female Representation. Interdisciplinarity. Polygamy. Critical Discourse Analysis.

Introdução

Em África, o feminismo assumiu formas distintas, adaptadas às realidades culturais, sociais e políticas do continente. Segundo Nnaemeka (1998), o feminismo africano, também denominado "negro-feminismo", caracteriza-se por uma abordagem inclusiva e integradora que busca harmonizar as lutas de gênero com as lutas anticoloniais e antirracistas. Autoras como Steady (1981) e Mama (2001), escritora e ativista nigeriana-britânica, destacam que as mulheres africanas enfrentam uma "tripla opressão", composta pelo colonialismo, patriarcado e neocolonialismo, e que suas lutas são multifacetadas, estando profundamente enraizadas em suas culturas e comunidades.

> Embora as mulheres africanas tenham, de facto preocupações legitimas em relação aos homens africanos, essas preocupações devem ser abordadas dentro do contexto da cultura Africana. Os problemas não devem ser resolvidos usando uma estrutura estranha, ou seja, o feminismo, mas devem ser resolvidos a partir de uma construção teórica endêmica, o Mulherismo Africana (HUDSON-WEEMS, 2020, p.47).

O presente trabalho aborda a condição da mulher moçambicana sob múltiplas influências históricas, culturais e sociais, destacando uma trajetória marcada por opressão e resistência. Desde o período colonial, as mulheres enfrentam desigualdade de gênero, marginalização econômica e política e exclusão simbólica, sustentadas por estruturas patriarcais fortalecidas por tradições e religiões. No entanto, essas mulheres também protagonizam formas de contestação e reconfiguração de suas identidades.

É amplamente reconhecido que a história africana foi, durante muitos anos, negada, silenciada e distorcida. Negou-se também a participação da mulher em diversos debates sociais e na construção da cultura, da identidade e da tradição, especialmente durante os períodos do colonialismo europeu e da escravidão transatlântica. Antes do colonialismo, os sistemas tradicionais constituíam o ethos das sociedades africanas e apresentavam maior equilíbrio em termos de gênero. Contudo, essas sociedades foram reconfiguradas por estruturas coloniais intensamente patriarcais. A mulher africana foi brutalmente e duplamente marginalizada, tanto pela cultura colonizadora quanto pela

tradição moldada à imagem do colonizador. Era vista como instrumento de silêncio, sem direito à palavra ou à voz na sociedade.

Historicamente, a participação das mulheres africanas foi atravessada por processos de silenciamento e marginalização que limitaram o seu reconhecimento em diferentes espaços sociais. No contexto moçambicano, essas desigualdades manifestam-se nas relações entre mulheres, trabalho e participação política (SHELDON, 2002). Ao mesmo tempo, a necessidade de reconhecimento, autonomeação e autodefinição das mulheres africanas pode ser compreendida à luz do Mulherismo Africana, que reivindica a centralidade de suas próprias experiências históricas e culturais na construção de sua identidade (HUDSON-WEEMS, 2020).

Em 1975, novas possibilidades de liberdade foram vislumbradas em Moçambique. No entanto, o patriarcado permaneceu como uma estrutura resistente, persistindo mesmo diante das transformações sociais e legais. A história das mulheres moçambicanas naquele contexto africano é marcada por períodos de resistência e transformação. Durante a colonização, enfrentaram opressão tanto das estruturas coloniais quanto das tradições patriarcais locais. Ainda assim, desempenharam papéis significativos na luta pela independência, contribuindo de maneira decisiva para a formação da identidade nacional (Sheldon, 2002).

Após a independência, Moçambique passou por uma guerra civil devastadora que se estendeu até 1992, totalizando 16 anos de conflito. Durante esse período, as mulheres continuaram a exercer papéis fundamentais, muitas vezes assumindo a responsabilidade de sustentar suas famílias e comunidades. Contudo, as políticas de gênero implementadas no período pós-independência não foram suficientes para eliminar as profundas desigualdades estruturais, deixando diversas questões ainda em aberto (Arnfred, 2011).

Durante o período colonial, o papel das mulheres moçambicanas foi restrito ao âmbito doméstico e rural, sendo vistas como trabalhadoras auxiliares responsáveis por sustentar a economia local e atender às necessidades familiares (Arnfred, 2011). Essa estrutura colonial contribuiu para consolidar o patriarcado, estabelecendo relações de poder nas quais as mulheres eram subalternizadas tanto pelo Estado colonial quanto pelos homens de suas próprias comunidades.

Esse entendimento pode ser articulado com Mbembe (2018), que, em sua obra *Necropolítica*, analisa como o poder atua sobre os corpos, a memória, a linguagem e o imaginário, produzindo subjetividades e controlando vidas, além de impor visões de mundo, identidades e sistemas de valores que perpetuam desigualdades. Para Bourdieu (1998), essas estruturas de poder simbólico produzem uma "violência simbólica" que naturaliza a dominação, levando as mulheres a internalizarem suas posições subalternas.

No contexto histórico-cultural, a literatura de Paulina Chiziane, primeira mulher moçambicana a publicar um romance e distinguida com o Prêmio Camões, torna-se uma voz essencial na desconstrução das estruturas patriarcais e na denúncia das violências simbólicas e materiais enfrentadas pelas mulheres. Esse olhar dialoga com a perspectiva do sociólogo francês Pierre Bourdieu acerca da violência simbólica, desenvolvida na obra *A dominação masculina*. Nessa obra, Bourdieu (2010) demonstra como comportamentos implícitos ou socialmente consolidados contribuem para a diferenciação de gênero, resultando na predominância do masculino como grupo dominante.

A obra *Niketche: Uma História de Poligamia* oferece um retrato vívido da tensão entre tradição e modernidade em Moçambique, articulando legitimidade cultural, resistência feminina e crítica literária. A narrativa evidencia como as relações de poder e dominação se aplicam às relações de gênero, nas quais o homem é detentor de privilégios sociais sobre a mulher. De acordo com cada organização social, as desigualdades de gênero podem assumir intensidades distintas (OMS, 2010). Para Foucault (1988), o exercício do poder ocorre a partir de múltiplos pontos e se manifesta em relações desiguais que atravessam toda a estrutura social.

Diante desse pressuposto, a discussão insere-se no campo da História, com foco específico na história das mulheres africanas e nos estudos de gênero em Moçambique. O tema central é o papel da mulher moçambicana na história e na sociedade contemporânea, analisado por meio da obra *Niketche: Uma História de Poligamia*, de Paulina Chiziane. A escolha dessa obra justifica-se por sua relevância literária e social, bem como pela forma crítica com que aborda questões de gênero, identidade e poder, enfatizando as representações culturais e sociais das mulheres no país. O recorte temporal contempla o período pós-independência até a contemporaneidade, com

especial atenção aos anos de 1980 a 2010, quando ocorreram mudanças significativas nas políticas de gênero e nas dinâmicas sociais em Moçambique.

Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com abordagens como a de Eagleton (1996), que argumenta que a literatura não apenas representa a realidade, mas também a molda, oferecendo novas possibilidades de compreensão. Nesse contexto, a obra de Paulina Chiziane revela-se particularmente significativa, pois constrói uma narrativa que questiona e desafia as estruturas patriarcais, apresentando uma perspectiva crítica e potencialmente empoderadora das experiências das mulheres moçambicanas. Ao mesmo tempo, autores como Sheldon (2002) e Arnfred (2011) demonstram que as desigualdades de gênero persistiram no período pós-independência, exigindo uma análise crítica das políticas e práticas sociais.

Com base nas teorias de Butler (1990) e Hooks (2000), argumenta-se que a luta pela igualdade de gênero deve considerar as experiências específicas das mulheres em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. A literatura feminista contemporânea destaca a importância de compreender as narrativas locais e as resistências cotidianas como formas de questionar e transformar estruturas patriarcais mais amplas.

A pesquisa parte do pressuposto de que o empoderamento feminino pode ser alcançado sem a omissão ou o abandono da tradição, desde que esta seja reinterpretada à luz de uma orientação crítica, educacional e institucional. Assim, o objetivo principal do estudo é analisar a representação da condição feminina moçambicana na obra *Niketche: Uma História de Poligamia*, de Paulina Chiziane, compreendendo a literatura como um espaço de elaboração simbólica que dialoga com a realidade social sem se reduzir a um simples reflexo dela.

Aspectos Metodológicos

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, centrada na análise da obra *Niketche: Uma História de Poligamia*, de Paulina Chiziane, compreendida como um campo de produção de sentidos no qual se constroem representações da condição feminina em Moçambique. Não se trata, portanto, de tomar a literatura como descrição

empírica da realidade social, mas como um espaço de elaboração simbólica que tensiona e reconfigura experiências históricas e culturais.

Como estratégia analítica, recorre-se à Análise Crítica do Discurso (ACD), entendida aqui não como aplicação mecânica de um modelo teórico, mas como ferramenta interpretativa que permite examinar como determinadas categorias, como tradição, modernidade, patriarcado e poligamia são mobilizadas e ressignificadas no interior da narrativa. Nesse sentido, dialoga-se com autores como Fairclough (2013) e van Dijk (2005), na medida em que compreendem o discurso como prática social, e com Foucault (1988), ao considerar o poder como relacional e disseminado em diferentes instâncias.

A análise concentra-se em três dimensões principais: (i) a construção das vozes narrativas e dos diálogos entre personagens, (ii) os sentidos atribuídos às práticas culturais representadas na obra, e (iii) as formas pelas quais se articulam relações de poder, negociação e agência no plano discursivo. Tal recorte permite observar como a narrativa não apenas enuncia conflitos, mas produz interpretações sobre eles.

A fundamentação teórica articula contribuições da literatura, da antropologia, da sociologia, da filosofia africana e dos estudos de gênero, operando em uma perspectiva interdisciplinar que privilegia a imbricação entre categorias analíticas. Nesse horizonte, autoras como Sónia André (2019) e Cossa (2017) contribuem para uma leitura que reconhece a complexidade das práticas culturais e evita reduzi-las a expressões unívocas de dominação, enquanto Gasparetto (2019) permite situar as experiências femininas em redes mais amplas de produção de sentido e ação coletiva.

De modo complementar, são mobilizados documentos legais moçambicanos, como o Código Civil e a Constituição, não como dados centrais da análise, mas como elementos de contextualização que permitem compreender os enquadramentos normativos das relações de gênero no país.

A literatura é, assim, tomada como instrumento epistemológico, na medida em que, conforme sugere Eagleton (1996), não apenas reflete, mas participa da construção da realidade social. Nesse sentido, *Niketche* é analisada como um espaço em que se articulam dimensões estéticas, políticas e culturais, permitindo problematizar leituras que tendem a sociologizar a ficção.

O estudo adota uma postura crítica atenta às advertências de Oyěwùmí (1997) e Nnaemeka (1998) quanto aos limites da aplicação de categorias universais a contextos africanos. Busca-se, assim, construir uma análise que reconheça a centralidade dos saberes locais, das práticas cotidianas e das formas situadas de negociação e resistência que atravessam as experiências femininas representadas na obra.

Contexto Histórico-Cultural da Mulher Moçambicana

A compreensão das experiências femininas em Moçambique exige atenção aos processos históricos e sociais que as atravessam, evitando leituras que as reduzam a trajetórias homogêneas ou a categorias fixas. As dinâmicas de gênero no país foram sendo configuradas ao longo de diferentes momentos, incluindo a colonização, a luta pela independência e as reconfigurações do período pós-colonial, em diálogo com formas locais de organização social, sistemas de parentesco e práticas culturais diversas.

Nesse contexto, abordagens como o mulherismo africano (Hudson-Weems, 2020) e o nego-feminismo (Nnaemeka, 1998) têm enfatizado a importância de pensar as relações de gênero a partir de referenciais situados, atentos às formas de negociação, pertencimento e solidariedade que estruturam muitas sociedades africanas. Mais do que rejeitar aportes externos, trata-se de evitar a aplicação acrítica de modelos que tendem a homogeneizar experiências distintas.

Estudos como os de Sónia André (2019) permitem deslocar o olhar sobre práticas culturais frequentemente tratadas de forma simplificada. Ao analisar o unyago entre os Yaawo, a autora demonstra que esses ritos não se limitam à reprodução de papéis de gênero, mas constituem sistemas complexos de transmissão de saberes, nos quais se articulam formação moral, pertencimento comunitário e construção de identidades sociais. A iniciação, nesse contexto, não opera apenas como mecanismo de regulação, mas como processo pedagógico que inscreve o corpo em uma ordem simbólica mais ampla, na qual gênero, linhagem e espiritualidade se entrelaçam.

Essa leitura encontra ressonância e, ao mesmo tempo, é tensionada por Cossa (2017), ao criticar a tendência de parte da literatura acadêmica em representar as mulheres moçambicanas como sujeitos exclusivamente oprimidos. Para o autor, tais

narrativas, ainda que orientadas por uma intenção crítica, acabam por produzir um efeito de silenciamento ao reduzir a experiência feminina à condição de vítima. Ao analisar os ritos de iniciação, Cossa evidencia que eles também podem constituir espaços de produção de agência, ainda que inscritos em estruturas desiguais, exigindo uma abordagem capaz de reconhecer simultaneamente relações de poder e capacidade de ação.

Gasparetto (2019), por sua vez, amplia esse debate ao deslocar a análise para o campo das redes e da produção intelectual feminina em Moçambique. Ao examinar trajetórias de mulheres e feministas africanas, a autora demonstra que suas práticas não se organizam exclusivamente em torno da oposição entre submissão e emancipação, mas em formas situadas de articulação, negociação e circulação de saberes. Nesse sentido, a experiência feminina não se reduz a uma posição fixa dentro de estruturas de poder, mas se constitui em movimento, no interior de relações que são simultaneamente constritivas e possibilitadoras.

Tomados em conjunto, esses trabalhos apontam para a necessidade de abandonar leituras unidimensionais que associam automaticamente práticas culturais à opressão ou à resistência. Em vez disso, sugerem uma abordagem que reconheça a coexistência de diferentes lógicas sociais, nas quais normas, conflitos e estratégias de ação se entrecruzam.

Isso não implica negar a existência de desigualdades de gênero, mas situá-las historicamente e analisá-las em sua complexidade. Conceitos como patriarcado e violência simbólica, tal como propostos por Bourdieu (1998), podem contribuir para essa análise, desde que mobilizados de forma situada. De maneira semelhante, a noção foucaultiana de poder como relacional (Foucault, 1988) permite compreender que as relações de gênero se constituem em múltiplos espaços e práticas, não se reduzindo a estruturas fixas.

É nesse horizonte que a obra *Niketche: Uma História de Poligamia* se torna relevante. O romance não deve ser lido como descrição direta da realidade social, mas como construção narrativa que elabora e tensiona experiências relacionadas à família, à poligamia e às relações de gênero. A personagem Rami, nesse sentido, não representa uma síntese da mulher moçambicana, mas uma figura literária que permite explorar conflitos, negociações e reconfigurações possíveis no interior dessas relações.

Ao abordar a poligamia, a narrativa evidencia tensões que atravessam diferentes formas de organização familiar, sem reduzi-las a um único modelo explicativo. Tais configurações variam conforme contextos históricos, regionais e culturais, exigindo cautela diante de leituras generalizantes.

Nesse sentido, a literatura de Paulina Chiziane pode ser compreendida como um espaço de produção de sentidos que articula crítica social e elaboração estética. Conforme Eagleton (1996), a literatura não apenas representa o mundo social, mas participa de sua construção, oferecendo formas de pensar experiências que nem sempre se deixam apreender por abordagens exclusivamente sociológicas.

Dessa forma, ao analisar *Niketche*, o presente estudo busca compreender a representação da condição feminina moçambicana como uma elaboração simbólica construída pela narrativa, atentando para as relações de poder, os processos de negociação, a agência e a reconfiguração das experiências sociais.

O Espólio Patriarcal e a Poligamia como Sistema de Poder

Em *Niketche*, a poligamia não é apresentada como uma instituição social em sua forma normativa, mas como uma construção narrativa que permite explorar relações de poder, conflitos e negociações no interior da família. A experiência de Rami, ao descobrir as outras mulheres com quem Tony se relaciona, não conduz apenas a uma denúncia, mas abre um campo de problematização sobre as formas pelas quais vínculos afetivos, expectativas culturais e hierarquias de gênero se articulam.

Nesse sentido, é importante distinguir entre a poligamia enquanto prática social historicamente situada e sua representação literária. No romance, a configuração das relações conjugais aproxima-se menos de uma poligamia institucionalmente regulada e mais de uma dinâmica marcada pela opacidade, pela assimetria e pela ausência de reconhecimento mútuo entre as mulheres. Essa distinção permite evitar leituras que tomam a narrativa como descrição direta da realidade social moçambicana.

A obra constrói um cenário em que as relações entre as mulheres são inicialmente atravessadas por tensões, disputas e desconfianças. No entanto, essas relações não permanecem estáticas. Ao longo da narrativa, observa-se um deslocamento que conduz da rivalidade à construção de formas de convivência e negociação. Esse

movimento não elimina as assimetrias, mas evidencia que as personagens operam dentro delas, produzindo respostas situadas às condições em que estão inseridas.

É nesse ponto que a leitura de Cossa (2017) se torna particularmente relevante, ao alertar para os limites de interpretações que reduzem a experiência feminina à condição de pura subordinação. Ao invés de negar as desigualdades, trata-se de reconhecer que elas coexistem com formas de agência que não se expressam necessariamente como ruptura, mas como negociação e reconfiguração das relações.

A narrativa de Chiziane também permite observar como determinadas formas de poder se sustentam por meio de práticas naturalizadas, o que pode ser parcialmente iluminado pelo conceito de violência simbólica em Bourdieu (1998). Contudo, sua utilização exige cautela, uma vez que, no contexto da obra, essas dinâmicas não se apresentam como estruturas unívocas, mas como relações que se reorganizam continuamente a partir das interações entre as personagens.

Ao mesmo tempo, a noção foucaultiana de poder como relacional (Foucault, 1988) oferece uma chave de leitura mais flexível, permitindo compreender que o poder não se concentra exclusivamente na figura masculina, mas circula entre os sujeitos, produzindo efeitos diferenciados. No romance, isso se torna visível na forma como as mulheres, ao se reconhecerem mutuamente, passam a reorganizar suas posições dentro da estrutura familiar.

Assim, a poligamia, tal como representada em *Niketche*, não pode ser reduzida a um sistema fixo de dominação, nem romantizada como prática cultural estável. Ela emerge como um campo de tensões no qual se entrecruzam normas, expectativas e estratégias de ação, exigindo uma leitura que reconheça simultaneamente os limites impostos às mulheres e as possibilidades que elas constroem no interior dessas relações.

Dessa forma, a obra de Paulina Chiziane não oferece uma resposta única sobre a poligamia, mas produz um deslocamento importante ao evidenciar que as experiências femininas não se esgotam na oposição entre submissão e emancipação. Ao explorar essas ambiguidades, o romance contribui para uma compreensão mais complexa das relações de gênero, sem reduzir a cultura moçambicana a um conjunto de práticas homogêneas.

Tradição e Modernidade: Um Conflito de Identidades

A construção da identidade cultural na África, por meio de textos anticoloniais, do interesse pelo estudo do passado e da história africana, da resistência, da libertação e de outras formas de expressão nativas, constituiu uma tentativa consciente e deliberada de afirmar uma identidade cultural do continente africano, com vistas à promoção do poder e do progresso. Autores como Wilmot Blyden descreveram a associação entre progresso e identidade a partir de uma perspectiva de personalidade africana, cujos costumes e atitudes são originários de uma tradição própria e singular (Falola, 2020).

Em contextos africanos pós-coloniais, como o de Moçambique, o confronto entre tradição e modernidade não se configura apenas como uma disputa de valores, mas como uma luta pela redefinição da identidade. O romance *Niketche: Uma História de Poligamia* apresenta, de forma contundente, o conflito permanente entre valores tradicionais profundamente enraizados e as demandas contemporâneas por igualdade e justiça social.

Esse embate atravessa a experiência de Rami, a protagonista, que se vê diante de contradições que não se limitam ao espaço doméstico, mas refletem transformações históricas mais amplas da sociedade moçambicana. Essa perspectiva suscita questionamentos sobre a tradição representada como um sistema social rigidamente patriarcal, que utiliza a cultura como justificativa para manter a mulher em posição de subalternidade. A poligamia é legalmente tolerada, mas socialmente contraditória. "É cultura, dizem eles. Mas é uma cultura que pesa sobre os ombros das mulheres" (Chiziane, 2002, p. 49).

A figura de Rami, esposa principal do Comandante Tony, vive, no início do romance, sob os modelos dessa tradição. O casamento é concebido como posse, o silêncio como virtude e a fidelidade como dever unilateral. Ela é herdeira de um modelo feminino moldado para servir ao marido e preservar o nome da família, mesmo diante da dor e da traição.

A tradição, no contexto de Moçambique, consolidou-se por meio de práticas sociais ancestrais que atribuem ao homem a centralidade da autoridade e à mulher o papel de subordinação e manutenção dos laços familiares, como evidenciado nas

relações poligâmicas. De acordo com Bourdieu (2010), essas formas de organização social operam por meio de uma violência simbólica:

> "As estruturas simbólicas que fundamentam a dominação masculina são reproduzidas de forma tão eficaz porque acabam por ser reconhecidas como legítimas pelos próprios dominados, que interiorizam as hierarquias como naturais." (Bourdieu, 2002. P. 45-50)

Essa naturalização confere à tradição uma força de persistência que ultrapassa a coerção explícita, tornando as desigualdades quase invisíveis. Por outro lado, a modernidade introduz ideais de monogamia cristã, liberdade individual e igualdade de direitos, frequentemente apresentados como sinônimo de progresso e civilização. No entanto, autoras como Oyěwùmí (2021) e Amina Mama (2001) advertem que tais modelos carregam, muitas vezes, uma herança colonial e eurocêntrica, que desconsidera as particularidades históricas e culturais africanas. Para Oyěwùmí (2021):

> "As categorias de gênero que organizam o pensamento ocidental não têm necessariamente a mesma centralidade nas sociedades africanas pré-coloniais; portanto, impor essas categorias é impor também um regime de conhecimento e poder que subordina as formas locais de entender a pessoa e a comunidade." (OYĚWÙMÍ, 2021. P.18-34).

Esse alerta é fundamental para compreender que a modernidade em Moçambique foi mediada por relações de poder que não se limitam ao âmbito interno.

Rami, como mulher urbana e escolarizada, encarna essa tensão entre dois mundos. De um lado, seu imaginário está impregnado pelos valores da modernidade ocidental, que concebem a monogamia como o único modelo legítimo de relação e associam a poligamia à barbárie e ao atraso. De outro, sua realidade familiar a confronta com um sistema que resiste às mudanças e continua a estruturar as relações de gênero e poder. Inicialmente, Rami experimenta vergonha e ressentimento ao descobrir a existência das outras esposas. Com o passar do tempo, contudo, sua postura evolui para uma consciência crítica, que busca compreender a complexidade dessa prática e, sobretudo, superá-la por meio da solidariedade.

Nesse sentido, a decisão de Rami de unir as mulheres de seu marido em uma rede de apoio e partilha configura-se como um gesto profundamente revolucionário. Como aponta Hooks (2000), "a sororidade é a prática política que ameaça as bases do patriarcado", pois enfraquece a lógica da competição feminina que sustenta a dominação masculina. Ao transformar a rivalidade em aliança, Rami rompe com uma ordem simbólica que a confinava ao sofrimento solitário e cria um espaço coletivo de negociação e autonomia.

Essa transformação também pode ser interpretada à luz de Mbembe (2017), que propõe pensar a modernidade africana como um processo plural e contraditório, marcado por injunções históricas distintas e pela necessidade de construir sínteses próprias. Nas palavras de Mbembe (2017):

> "A condição africana contemporânea é feita de uma coexistência de temporalidades e de ordens normativas heterogêneas. Nela, o passado e o presente se entrelaçam de modos imprevisíveis, exigindo das sociedades africanas uma capacidade incessante de invenção e adaptação." (MBEMBE, 2017. P. 12).

A atitude de Rami reflete essa exigência de invenção e síntese. Ela não rejeita automaticamente a tradição, mas também não a aceita sem questionamento, buscando reinterpretá-la a partir das necessidades e experiências das mulheres.

O conflito entre tradição e modernidade em *Niketche* não se resolve por meio de uma vitória absoluta da modernidade ocidental sobre a cultura local, mas por uma negociação complexa que constrói alternativas enraizadas na experiência coletiva feminina. Essa negociação demonstra que a emancipação somente se torna viável quando consegue articular memória, crítica e invenção.

A Dominação Masculina e o Contexto Real de Moçambique

Na obra *A Dominação Masculina*, Bourdieu (2010) analisa como as hierarquias de gênero são naturalizadas e internalizadas, tornando-se mecanismos poderosos de perpetuação da desigualdade. A partir da observação da sociedade cabila, o autor demonstra que as dicotomias simbólicas, como masculino e feminino, superior e inferior, quente e frio, estruturam não apenas as relações sociais, mas também o

imaginário coletivo, conferindo legitimidade à supremacia masculina. Bourdieu escreve:

> "O androcêntrico não se contenta em impor a divisão sexual do trabalho e das tarefas; ele inscreve no corpo e na mente dos dominados, especialmente das mulheres, o senso do seu destino social, naturalizando a dominação até que se torne invisível", (BOURDIEU, 2010, p.15).

Essa percepção é particularmente relevante para a compreensão da sociedade moçambicana, onde a colonização portuguesa reforçou práticas tradicionais patriarcais, combinando sistemas de opressão que se entrelaçam na vida cotidiana das mulheres.

No caso específico de Moçambique, a dominação masculina operou historicamente em diferentes frentes: na esfera familiar, em que o poder do marido é sancionado por normas consuetudinárias; na esfera econômica, por meio da limitação do acesso das mulheres à terra e aos recursos produtivos; e na esfera simbólica, pela construção de valores que associam o feminino à passividade e ao sacrifício. Como observam Tripp et al. (2009, p. 43), "o patriarcado em muitas sociedades africanas sobreviveu e se adaptou às mudanças políticas e econômicas, frequentemente assumindo novas formas e legitimidades no contexto pós-colonial".

A própria obra *Niketche* revela, de modo exemplar, essa dominação naturalizada. Rami, a protagonista, é criada em um ambiente que legitima a poligamia como prática cultural inquestionável e que espera da mulher uma submissão silenciosa. Ainda que Rami seja instruída e viva em ambiente urbano, o peso das tradições e das expectativas sociais impõe limites severos ao seu desejo de autonomia. Nesse ponto, observa-se como a "violência simbólica" atua, pois não necessita de coerção física direta, exercendo-se por meio das crenças e valores compartilhados. O simbolismo da superioridade masculina também remonta a concepções filosóficas antigas, como as de Aristóteles, que influenciaram por séculos a cultura ocidental e, posteriormente, os regimes coloniais. Como lembra Lopes (2010):

> "Quando Aristóteles afirma que o macho possui natureza superior à da fêmea, sendo o único portador da 'semente' da reprodução, estabelece-se uma base teórica que legitima, em diferentes culturas, a percepção do masculino como princípio ativo e criador e do feminino como passivo e receptivo." (LOPES, 2010, p.57).

Dessa forma, compreender a dominação masculina em Moçambique exige considerar suas múltiplas dimensões: histórica, econômica, simbólica e afetiva. Como propõe Bourdieu (2010), essa dominação só pode ser enfrentada quando se torna visível e passível de questionamento. A obra de Paulina Chiziane, ao trazer essas questões à luz, desempenha um papel essencial de desnaturalização, convidando as leitoras a refletirem sobre os mecanismos que sustentam a desigualdade de gênero e sobre as possibilidades concretas de resistência.

A Luta pelo Empoderamento: Entre Resistência e Autonomia

Em *Niketche*, Paulina Chiziane propõe uma nova forma de compreender o lugar da mulher moçambicana, marcada pela tensão entre a continuidade das tradições e a busca por novos significados. A luta pelo empoderamento, tal como retratada na obra, apresenta-se como um processo simultaneamente individual e coletivo, íntimo e político. Não se trata apenas de romper com o patriarcado, mas também de reconstruir formas de pertencimento que reconheçam a pluralidade das experiências femininas.

A união das esposas, antes rivais, constitui um gesto revolucionário de ruptura simbólica com o sistema que as mantinha isoladas e em constante competição. Essa sororidade, como observa bell Hooks (2000), configura-se como um princípio ético e político fundamental para questionar as bases da dominação masculina. Nas palavras de Hooks:

> "Quando as mulheres aprendem a amar umas às outras, quando decidem unir suas forças em vez de se destruírem mutuamente em nome de um amor masculino, elas se tornam uma ameaça real ao patriarcado. A irmandade feminina é, portanto, um ato de resistência." (HOOKS, 2000, p.14).

Essa afirmação encontra eco direto na decisão de Rami de visitar as outras mulheres de Tony e propor uma aliança, subvertendo a lógica da desconfiança e do ressentimento que sustentava o poder do marido.

A obra também evidencia que o empoderamento feminino não pode ser construído exclusivamente a partir de categorias ocidentais de emancipação. Ao contrário, Chiziane sugere a necessidade de dialogar com os saberes ancestrais e com a

memória coletiva das mulheres africanas. Conforme aponta Oyěwùmí (1997), uma análise genuinamente africana da condição feminina deve considerar que muitas sociedades pré-coloniais possuíam outros modos de organizar as relações de gênero, que não se enquadram nos binarismos europeus. Oyěwùmí afirma:

> "O gênero, tal como concebido no Ocidente, não pode ser automaticamente transplantado para as culturas africanas. O que se faz necessário é reconhecer os significados locais das relações sociais, as práticas cotidianas e a agência que se exercia, mesmo em sistemas aparentemente desiguais." (OYĚWÙMÍ, 1997, p.13).

Essa perspectiva sugere que o empoderamento passa também pela recuperação das formas de solidariedade feminina que existiam antes da imposição dos modelos coloniais de família e sexualidade.

Nesse sentido, *Niketche* não nega a tradição, mas propõe sua reinterpretação crítica. Rami não rompe definitivamente com os valores comunitários; ao contrário, constrói uma nova configuração na qual as mulheres passam a adquirir voz e poder de decisão sobre suas próprias vidas. Essa estratégia aproxima-se do que Nnaemeka (1998) denominou "nego-feminismo", um feminismo africano que conjuga resistência e negociação, crítica e diálogo.

Outro aspecto fundamental é que o empoderamento em *Niketche* emerge do entrelaçamento de tempos e espaços, situando-se entre o rural e o urbano, entre o passado e o presente. Rami, mulher da cidade, carrega valores modernos que entram em confronto com práticas rurais ancestrais. No entanto, em vez de rejeitá-las completamente, ela opta por construir uma ponte que possibilite novas formas de convivência. Isso evidencia que a libertação feminina, longe de ser um processo linear, é marcada por ambivalências, contradições e constantes reinvenções.

A escolha de Chiziane por retratar personagens femininas complexas e contraditórias, capazes de demonstrar fragilidade e coragem, contribui para desconstruir estereótipos simplificadores sobre a mulher africana. A protagonista não é uma heroína idealizada, mas uma mulher concreta que, ao reconhecer e nomear sua dor, transforma sua trajetória em possibilidade de autonomia.

Dessa forma, o empoderamento em *Niketche* configura-se como um processo construído no diálogo entre o silêncio herdado e a voz conquistada, entre a herança da tradição e a necessidade de autonomia. A luta das personagens femininas não consiste apenas em rejeitar o passado, mas em reconfigurar criticamente seu lugar no mundo e construir, de forma coletiva, caminhos possíveis de liberdade.

Resultados e Discussões

A análise de *Niketche: Uma História de Poligamia* permite observar que a narrativa não se organiza como uma denúncia linear das relações de gênero, mas como um espaço de elaboração das tensões que atravessam essas relações. A obra constrói um campo no qual tradição, modernidade, normas sociais e experiências individuais se entrecruzam, produzindo configurações instáveis e, por vezes, contraditórias.

A trajetória de Rami não pode ser compreendida como passagem direta da submissão à emancipação. Seu percurso evidencia um processo marcado por deslocamentos graduais, no qual as formas de compreensão da própria experiência vão sendo reconfiguradas. Nesse sentido, a narrativa não apresenta a personagem como síntese da condição feminina, mas como figura que permite explorar diferentes modos de operar no interior das relações existentes.

Um dos aspectos centrais observados é a transformação das relações entre as mulheres. Inicialmente atravessadas por rivalidade e desconfiança, essas relações passam a assumir outras configurações à medida que as personagens reconhecem elementos comuns em suas experiências. Esse movimento não elimina as assimetrias, mas introduz possibilidades de reorganização.

É nesse ponto que a contribuição de Cossa (2017) se torna relevante, ao indicar que a ênfase exclusiva na opressão tende a obscurecer formas de agência que se desenvolvem no interior das próprias estruturas sociais . A aproximação entre as mulheres em *Niketche* não se configura como ruptura completa, mas como prática situada de negociação, que altera, ainda que parcialmente, a dinâmica das relações.

Essa leitura se articula com a perspectiva apresentada por Gasparetto (2019), ao evidenciar que as experiências femininas em Moçambique se organizam também em redes de interação e produção de sentido. No romance, a convivência entre as

personagens permite a circulação de experiências e a construção de formas de reconhecimento mútuo, deslocando a lógica da competição sem necessariamente suprimi-la.

Ao mesmo tempo, a análise mostra que conceitos como violência simbólica, propostos por Bourdieu (2010), podem contribuir para compreender a naturalização de determinadas hierarquias, desde que mobilizados de forma situada. No contexto da obra, essas hierarquias não se apresentam como estruturas fixas, mas como relações que se reconfiguram a partir das interações entre os sujeitos.

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre tradição e modernidade. A narrativa não sustenta uma oposição rígida entre esses termos, mas evidencia sua coexistência. A experiência de Rami, situada entre diferentes referências, mostra que a modernidade não substitui automaticamente as formas anteriores de organização social, mas se articula a elas de maneira tensa.

Essa perspectiva aproxima-se da reflexão de Mbembe (2017), para quem a experiência africana contemporânea é marcada pela sobreposição de temporalidades e pela necessidade de invenção constante. Em *Niketche*, essa condição se expressa na forma como as personagens transitam entre valores distintos, produzindo respostas que não se reduzem à adesão plena a um único modelo.

A análise também evidencia o papel da linguagem na organização das relações. O silêncio, inicialmente presente na experiência de Rami, funciona como mecanismo de regulação. À medida que a personagem passa a falar e a dialogar com as outras mulheres, observa-se um deslocamento que não elimina as estruturas existentes, mas altera sua forma de operação.

Nesse sentido, a obra pode ser compreendida como um espaço de produção de sentidos no qual se elaboram possibilidades de ação no interior de relações marcadas por assimetrias. A agência das personagens não se expressa apenas na recusa, mas na capacidade de reorganizar, negociar e reinterpretar as condições em que estão inseridas.

Os resultados indicam que a poligamia, tal como representada na narrativa, não pode ser reduzida a uma categoria única. Ela aparece como um campo de tensões no qual se articulam normas sociais, expectativas culturais e estratégias individuais. Essa complexidade exige cautela diante de leituras que a definem exclusivamente como expressão de dominação ou, em sentido oposto, como prática cultural estável.

Dessa forma, *Niketche* não oferece soluções fechadas para os conflitos de gênero, mas constrói um espaço no qual essas tensões podem ser pensadas em sua complexidade. A narrativa contribui, assim, para uma compreensão mais situada das experiências femininas, evidenciando que transformação e permanência se articulam de maneira contínua.

Considerações Finais

A análise de *Niketche: Uma História de Poligamia* permite reafirmar a necessidade de distinguir entre a realidade social e sua elaboração no plano literário. Ao longo do artigo, buscou-se demonstrar que a obra de Paulina Chiziane não deve ser lida como descrição direta das relações de gênero em Moçambique, mas como construção narrativa que tensiona, reorganiza e reinterpreta experiências sociais.

Nesse sentido, a trajetória de Rami não configura um percurso linear de emancipação, nem pode ser tomada como síntese da condição feminina moçambicana. Sua experiência evidencia, antes, um conjunto de deslocamentos que se produzem no interior de relações já existentes, marcadas por normas, expectativas e assimetrias. A transformação que se observa na narrativa não se dá por ruptura absoluta, mas por processos de negociação que reconfiguram, de forma parcial, as dinâmicas em que as personagens estão inseridas.

Essa leitura aproxima-se da crítica proposta por Cossa (2017), ao indicar os limites de interpretações que reduzem a experiência feminina à condição de passividade, e dialoga com Gasparetto (2019), ao reconhecer que tais experiências se organizam também em redes de sentido e ação coletiva. A articulação entre essas perspectivas permite compreender que a agência das personagens não se expressa apenas na oposição às estruturas, mas na capacidade de operar dentro delas, produzindo rearranjos situados.

Ao mesmo tempo, a análise evidencia que categorias como tradição, modernidade e patriarcado não podem ser mobilizadas de forma homogênea. Em *Niketche*, essas categorias aparecem como elementos em tensão, cuja coexistência produz configurações instáveis. A narrativa não sustenta uma oposição rígida entre tradição e modernidade, mas revela formas de sobreposição e articulação entre diferentes regimes de valores.

Dessa forma, a poligamia, tal como representada na obra, não se apresenta como categoria fixa, mas como campo de relações em que se entrecruzam normas sociais, expectativas culturais e estratégias individuais. Essa complexidade exige cautela diante de leituras que a definem exclusivamente como expressão de dominação ou como prática cultural estável.

A principal contribuição deste estudo consiste, portanto, em propor uma leitura que reconheça a especificidade do discurso literário e seus limites como fonte para generalizações sociológicas. Ao deslocar o foco da denúncia para a análise das formas de construção de sentido, torna-se possível compreender a obra de Chiziane como espaço de elaboração de ambiguidades, no qual dominação e agência não se excluem, mas se articulam.

Nesse horizonte, a literatura deixa de ser tomada como espelho da realidade e passa a ser compreendida como um campo de produção de interpretações, capaz de ampliar as formas de pensar as relações de gênero em contextos africanos. Tal perspectiva abre espaço para investigações que, ao invés de buscar confirmações, se orientem pela análise das tensões e das possibilidades que emergem no interior dessas narrativas.

Referências

ANDRÉ, Sónia. *O unyago na educação da menina/mulher entre o povo Yaawo da província do Niassa, Moçambique*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

ARNFRED, Signe. *Sexuality and gender politics in Mozambique: rethinking gender in Africa*. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Tradução de maria Helena Kuhner. 9.ed.rio de janeiro. Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith. "*Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*". Cadernos Pagu, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

COSSA, Segone Ndangalila. *Corpo(u)s de história e províncias de relações empáticas: uma etnografia de corpos de direitos recusados em Moçambique*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche: uma história de poligamia*. Maputo: Ndjira, 2002.

EAGLETON, Terry. *The Illusions of Postmodernism*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. *Análise crítica do discurso: O estudo crítico da linguagem*. Routledge, 2013.

FALOLA, Toyin. *O poder das culturas africanas*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GASPARETTO, Vera. *Corredor de saberes: vavasati vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique*. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193918. Acesso em: 6 jul. 2025.

HOOKS, bell. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge, MA: South End Press, 2000. https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/50342. Acesso em: 6 de julho de 2025.

HUDSON-WEEMS, Clenora. *Mulherismo Africana: recuperando a nós mesmos*. Tradução de Wanessa A.S.P. Yano. São Paulo: Ed. Ananse, 2020.

LOPES, José Sérgio. *Aristóteles e a fundamentação da desigualdade de gênero*. Revista da Faculdade de Direito, Curitiba, v. 32, n. 1, p. 155–170, 2010.

MAMA, A. 2001. *"Challenging Subjects: Gender and Power in Africa Contexts."* In Identity and Beyond: Rethinking Africanity, S. B. Diagne, A. Mama, H. Melber, and F. Nyamnjoh, eds, 9–18. Uppsala: Nordic Africa Institute.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NNAEMEKA, Obioma. *Nego-feminism: theorizing, practicing, and pruning Africa's way*. Signs: Journal of Women in Culture and Society, Chicago, v. 29, n. 2, p. 357–385, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência*. Genebra: OMS, 2010.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero; tradução Wanderson flor do nascimento.* 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses.* Minneapolis: University of Minnesota Press*, 1997.*

SHELDON, Kathleen E. *Moedoras de grãos: Uma história das mulheres, do trabalho e da política em Moçambique*. Portsmouth, NH: Heinemann, 2002.

STEADY, Filomina Chioma. (1981), *The Black Woman Cross-Culturally* Cambridge, Schenkman Publishing.

TRIPP, Aili Mari et al. *African women's movements: changing political landscapes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso y poder*. Gedisa Editorial, 2005.